

OS TRABALHADORES DA COMUNICAÇÃO SOCIAL TÊM ALTERNATIVA

O jornalismo está a ser destruído. É hoje um facto inquestionável que o processo de concentração de meios de comunicação social em cinco grandes grupos económicos, com crescente participação estrangeira e da banca, tem reduzido a diversidade da informação e a pluralidade nas redacções, esvaziando-as de democracia e limitando a liberdade de Imprensa a um mínimo histórico desde o 25 de Abril.

Este processo tem sido acompanhado pela contínua desvalorização dos direitos dos trabalhadores da comunicação social, cuja liberdade, autonomia crítica e capacidade reivindicativa tem sido coarctada por sucessivos despedimentos colectivos, reduções salariais e retirada de direitos. Por outro lado, estas transformações têm significado a progressiva redução de qualidade da informação que chega aos cidadãos, pondo em causa o direito constitucional destes de serem informados e desacreditando os órgãos de comunicação social e os que neles trabalham.

Aos olhos dos grandes patrões da comunicação social, o jornalista é, de uma forma crescente, visto como um taquígrafo polivalente e permanentemente disponível, um «produtor de conteúdos» cujo valor se mede cada vez mais em cifrões e em quantidade e cada vez menos em mérito e qualidade. Para este processo, tem contribuído a precariedade, a exploração ilegal do trabalho dos «estagiários» e uma contínua chantagem para aceitar trabalhar mais por menos. Assim se compreende, por exemplo, que os despedimentos colectivos no Global Media Group (ex-Controlinveste), de 122 trabalhadores em 2009 e mais 160 em Junho de 2014, tenham atingido sobretudo os trabalhadores mais antigos: eliminam-se direitos conquistados e apaga-se a memória ao mesmo tempo que se substituem jornalistas por estagiários precários e despojados de capacidade reivindicativa.

É também o caso da Lusa, que viu ser esvaziado das mais diversas formas o seu quadro de pessoal, do Público e do Diário de Notícias que enfrentaram nestes quatro anos um despedimento colectivo, dos problemas crescentes em vários órgãos de comunicação social, como o Diário Económico.

Em todos os casos a CDU e os seus eleitos estiveram presentes na linha da frente na defesa dos postos de trabalho, dos direitos dos trabalhadores e por uma comunicação social com qualidade.

Os bois pelos nomes

Inverter o dramático quadro que atravessa a comunicação social e os que nela trabalham implica identificar os responsáveis políticos que criaram esta situação. E, efectivamente, há responsáveis pelo actual Estatuto do Jornalista que corporiza um sancionatório sem precedentes e que permite, entre outras coisas, a alteração do trabalho

do jornalista sem o seu consentimento e a utilização não remunerada desse trabalho por outros órgãos e plataformas do mesmo grupo sem a correspondente remuneração. Há responsáveis pelo abuso dos recibos verdes e da precariedade. Do mesmo modo, a CDU é a força que, pela sua coerência e pelas soluções que oferece, pode concretizar a inadiável ruptura com a política de direita, abrindo caminho à construção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda que assegure um Portugal com futuro, de justiça social e progresso.

Também para os trabalhadores da comunicação social, uma vida melhor implica libertar Portugal da dependência e da submissão, recuperando para o país o que é do país e devolvendo aos trabalhadores e ao povo os seus direitos, salários e rendimentos.

O PCP e a CDU assumem a concretização de um conjunto de medidas urgentes para fazer respeitar os direitos dos trabalhadores da comunicação social e inverter a destruição dos valores de Abril no jornalismo.

«A defesa da democracia implica também a luta pela garantia da liberdade de imprensa. Com a adopção de medidas que impeçam a concentração dos órgãos de comunicação social nas mãos de um reduzido número de grupos económicos e financeiros, que garantam o direito a informar e a ser informado sem impedimentos nem discriminações, que assegurem o pluralismo de expressão política e igualdade de tratamento através da comunicação social, e que assegurem os direitos dos jornalistas. Neste quadro impõe-se: a valorização do Serviço Público de Televisão e Rádio através de uma profunda reestruturação que estabeleça os princípios de uma gestão profissional, rigorosa e independente do poder político e as contrapartidas essenciais ao prosseguimento dos seus objectivos; a recuperação do controlo público da Lusa; o aproveitamento das possibilidades abertas pela introdução da Televisão Digital Terrestre (TDT) alargando a oferta pública de televisão; a retoma do porte pago no apoio à imprensa regional e local.» Excerto do Programa eleitoral do PCP para a comunicação social.

A CDU vai a votos com um Programa para romper com 39 anos de política de direita que conduziu o país ao desastre, que o amarrou a dependências, que cavou vulnerabilidades e que aprofundou estrangulamentos e défices estruturais. Um Programa de Esquerda, que assume a valorização do trabalho e dos trabalhadores, a concretização dos direitos sociais e das funções sociais do Estado, uma distribuição do rendimento mais justa a favor do trabalho e o controlo pelo Estado dos sectores estratégicos nacionais.